

Belo Horizonte no início do Século XX: uma cidade entre rupturas e continuidades¹

"... a cidade somente será repensada e reconstituída sobre suas ruínas atuais depois de termos compreendido adequadamente que ela é o desdobramento do tempo daqueles que são seus moradores"

Henri Lefebvre

Danielle Uchoa Alonso Rodrigues

Graduada em Ciências Sociais pela UFMG
nielerods@gmail.com

Palavras chave:
Modernidade;
Tradição; Belo Horizonte; Espaços e Temporalidades;

Key words:
Modernity; Tradition;
Belo Horizonte;
Spaces and Temporalities;

RESUMO: Neste artigo propomos pensar a cidade de Belo Horizonte do início do século XX por meio de um estudo bibliográfico sobre o período histórico e de relatos encontrados em trechos de artigos de jornais da época, crônicas e memórias literárias. Observamos que a cidade se apresenta controversa em uma teia de representações. Enquanto é lida pelos visitantes como moderna e inovadora, por outro lado, nas narrativas construídas pelos moradores, observamos indícios de práticas que remetem a um tempo passado, mas ainda muito presente. Trata-se de observar noções sobre a dinâmica sociocultural, fazendo-nos repensar o conceito de moderno hegemônico imprimido na época.

ABSTRACT: In this article we propose to think the city of Belo Horizonte in the early twentieth century through a study literature on the historical period and reports found in excerpts from newspaper articles of the time, chronicles and literary memoirs. We note that the city presents a controversial web of representations. While it is read by visitors as modern and innovative, on the other in the narratives of the residents noticed evidence of practices that lead to a time past but still very present. It is to observe the dynamic socio-cultural notions of making us rethink the concept of hegemonic modern instilled at the time.

Algumas imbricações sobre tempos e espaços

No final do século XIX para o início do XX, o Brasil vivenciava um momento peculiar em sua história, marcado por transformações sociais, econômicas e políticas. Palavras como progresso, modernidade e renovação social eram vistas como ordens de um tempo vindouro.

Belo Horizonte nasceu nesse tempo. Fruto de aspirações políticas que prenunciavam nesta cidade um futuro que estivesse em consonância com este novo período, a nova capital de Minas foi construída sob a égide da modernidade. Enquanto aqueles que a planejaram a concebiam como um projeto inovador para o país, os novos moradores, principalmente aqueles advindos da antiga capital Ouro Preto, viam nesta nova cidade características discrepantes de suas origens ouro-pretanas. Nasceram aí as tensões subjacentes à criação da nova capital mineira, moderna, mas "fabricada".

Esse é um tema que levanta bastantes discussões, haja vista a quantidade de trabalhos encontrados acerca da criação da cidade de Belo Horizonte, ressaltando ora sua peculiaridade ora suas controvérsias. Este artigo tematiza a cidade belo-horizontina do final do século XIX até meados da década de 1920, tentando entender as peculiaridades socioculturais entranhadas nas práticas, nas concepções e nas representações

dos habitantes sobre a nova capital nessa época.

Pretendo neste trabalho apontar linhas interpretativas mais específicas que enxerguem outros meandros da vida dos indivíduos não mediados necessariamente pelos grandes processos sociais e históricos. Isso significa que daremos ênfase em narrativas que expressam ritmos de vida engolfados por um cotidiano que traz à tona o modo de ser tradicional. Para isso, é de suma importância metodológica adotar como objeto de análise certos documentos que abordem aspectos da vida social subjacente ao universo das "microações" dos indivíduos. Para atingir este objetivo, permito-me utilizar fragmentos de textos de jornais da época², crônicas e, sobretudo, trechos de memórias literárias que abordam a cidade no período analisado, além de um estudo em fontes bibliográficas. Procuraremos ver a cidade por meio desses pequenos trechos, considerando-os como fragmentos. Como observa Fraya Frehse (2005):

"esses fragmentos constituem-se de pequenos detalhes, aparentemente insignificantes, que, no entanto, possuem um grande potencial heurístico. É que a relação tensa entre os detalhes ressaltados e mantidos opacos na documentação surgem indícios da lógica sociocultural e histórica que subjaz ao próprio contexto de produção do documento" (FREHSE, 2005, p. 29).

¹ Pequeno extrato modificado da monografia intitulada "Pelas ruas da cidade: representações do espaço urbano belo-horizontino nas memórias literárias mineiras", sob orientação do prof. Ronaldo de Noronha, defendida em Dezembro de 2010, para obtenção de título de bacharel em Ciências Sociais na UFMG.

² Pesquisa realizada no Arquivo Público Mineiro, Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais e Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

Escolhendo como referencial teórico-metodológico trabalhar com documentos muitas vezes negligenciados pelos pesquisadores como fontes importantes de dados sobre a sociedade, tento, diante disso, abrir olhares para as "rachaduras históricas que sempre permeiam as práticas socioculturais das aglomerações urbanas" (BORGES 2007, p. 81), sempre tão obscurecidas pelas documentações oficiais que privilegiam narrativas que por vezes encobrem certas vicissitudes da vida dos moradores da cidade. Importante ressaltar, nesse ponto, a qual morador estamos reportando. Observaremos *quem* "fala" nas documentações, pois estas narrativas eventualmente expressam modos de vida, de pensamento, de experiências. Deparamo-nos, no entanto, com uma limitação um pouco indesejada, que é o fato de grande parte das documentações reportarem correntemente visões ou falas de uma camada social bem específica, em geral a elite. Cabe pontuar, excetuando Pedro Nava, filho de funcionária pública sem muito capital social a princípio, que praticamente todos os trechos deste artigo são (re) produzidos por agentes localizados em camadas mais abastadas na sociedade. Deixaremos claro, sem ingenuidades, que o tipo de material trabalhado como fonte poderá repercutir na maneira como lemos a cidade da época.

Neste artigo apresentaremos primeiramente as características da criação de Belo Horizonte baseadas na ideia de ruptura, regida por um espírito moderno, e como esta "modernidade" era vista por alguns atores. Em um segundo momento, evidenciaremos, por outro lado, o quão ainda os padrões de relacionamento social se referiam a um mundo patriarcal e rural, da qual Belo Horizonte estava muito próxima. Nesse sentido, a cidade de Belo Horizonte se apresentava controversa, numa tessitura "de temporalidades que medeia vivências e percepções" (FREHSE, 2005, p. 232). Os planejadores³ da nova capital a idealizaram criando espaços de convivência a fim de fomentar a emergência de uma esfera pública, mas veremos que os costumes e as mentalidades dos habitantes não estavam em consonância com o anseio proposto. Por fim, trataremos especificamente de rever categorias de tempo e modernidade. Convido, então, o leitor a desvendar neste texto essa *certa* modernidade (de que afinal estamos falando) na Belo Horizonte da virada do século XIX e início do XX: vamos?

A cidade controversa

Após a conturbada escolha do local onde deveria ser a nova capital do Estado de Minas, Belo Horizonte foi a cidade escolhida para abrigar a sede do poder político do governo⁴. Mais do que acolher um espaço físico e simbólico do poder, a nova cidade traduziria em seus espaços os ideais de republicanismo, de positivismo e de modernidade.

Dessa maneira, partiremos das próprias representações⁵ que os visitantes fazem da cidade para construirmos um conceito sobre o que consideraremos como "cidade moderna" neste trabalho. Estas falas são, de certa forma, represen-

tativas dentro de um universo mais amplo e nos trazem certos indícios que ajudam a construir a percepção desejada. Nestas falas, observaremos que certos símbolos de civilização, como arquitetura diferenciada, instalação de serviços públicos como telégrafos, parques e praças, luz elétrica e bondes, tomam parte considerável dos relatos quando é mencionada a "modernidade" vivida na capital mineira, sendo essas concepções partilhadas socialmente. A cidade moderna aparece como local por excelência do novo, apresentando elementos que rompem com parâmetros que correspondem ao passado. Leticia Julião (2006) observa que

"[...] a cidade aparece com signo de um novo tempo; centro de desenvolvimento intelectual e de novas formas de riqueza e trabalho; foco irradiador da civilização e progresso; um lugar moderno, higiênico e elegante, capaz de consolidar um poder vigoroso e assegurar a unidade política do Estado" (JULIÃO, 1996, p.50).

Nesse sentido, era importante para o poder público divulgar características da nova capital, aliadas ao desenvolvimento e progresso, destacando os novos elementos que fariam parte da paisagem urbana. Para isso, foram mobilizados recursos e investimentos ligados ao ramo das ciências, como, por exemplo, o uso da fotografia, aparelho associado à modernidade, na intenção de apresentar as dimensões comparativas e evolutivas do trabalho desempenhado na nova capital. Em uma das fotografias, registra-se a chegada da locomotiva em uma estação de trem. Podem-se notar nela elementos do moderno, como postes telegráficos, a nova arquitetura da estação, o próprio trem como símbolo do movimento, referências que assinalavam importâncias de transformações futuras naquele lugar. Assim como indicava a direção do trem na foto, acreditava-se que um novo rumo estaria por vir. Essas imagens pretendiam evocar as características modernas da nova capital.

Essa produção imagética da cidade não se limitava à fotografia somente, e se expandia para outras áreas. A arquitetura foi uma delas. Aliás, podemos apontá-la como um aspecto importante dentro da construção da cidade, pois seria por meio dela que o passado e toda a tradição colonialista seriam de fato "esquecidos" ou negligenciados. Assim, a arquitetura de Belo Horizonte apresentava um estilo eclético, que incorporava o neoclássico, às vezes o gótico, mas nada de barrocos e rococós. O estilo arquitetônico oficial escolhido dominou as fachadas dos principais prédios públicos, como o Palácio do Governo e as Secretarias do Estado. Conforme a professora Celina Borges Lemos aponta,

"[...] o repertório da cultura eclética presente na arquitetura só veio reforçar o traçado planejado. Os edifícios, como verdadeiros santuários, buscam beleza e diversidade, onde valores, estabilidade, forma são assim apresentadas como objetos irrealis, mas transformados em matérias [...]" (LE-MOS apud BAHIA, 2007, p. 66).

³ A cidade de Belo Horizonte foi projetada pelo engenheiro-chefe Aarão Reis, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em meados do século XIX. Ele integrava a Comissão Construtora da Nova Capital, responsável pelo planejamento da cidade.

⁴ Sobre as razões que culminaram na transferência da capital mineira e sua construção, ver: Moema Miranda de Siqueira, "Mudança da capital de Minas: uma questão ideológica", 1972; Maria Efigênia Lage de Resende, "uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte", 1974; Ciro Flávio B. Mell, "A noiva do trabalho - uma capital para a república", 1996; Leticia Julião, "Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891 - 1920)", 1996.

⁵ Concebo representações neste trabalho como forma de apreender a realidade (social), captando nos esquemas conceituais produzidos pelos agentes um sistema de crença, valores e/ou concepções construídas coletivamente.

Buscava-se o original e o novo, mesmo que isso fosse cheio de contradições.

Para o visitante Artur Azevedo, que registra sua impressão da cidade em um artigo intitulado "Um passeio a Minas", em 1901, observamos o quanto estes aspectos, que se referem ao desenho arquitetônico dos prédios da capital, remete a algo requintado e elegante que por ora se liga também à concepção de moderno:

"Nessa primeira visão rápida e fugaz, Bello Horizonte me deu uma bella impressão de opulencia e grandeza. Nem uma rua: tudo Avenidas! Nem uma habitação modesta: tudo palacios, palacetes ou casas assobradadas, de apparencia nobre, sacrificando ao jardim uma boa parte do terreno. (...) Em Bello Horizonte não faltam, aliás, casas particulares de aspecto luxuoso, elegante e moderno⁶" (AZEVEDO, 1901).

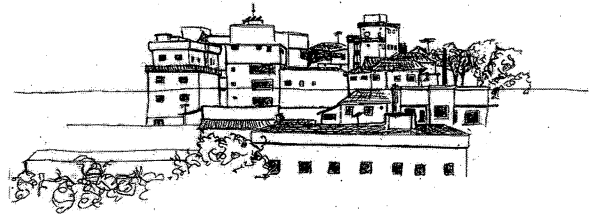
Outro conceito em voga no final do século XIX e início do XX foi o urbanismo que incorporou formas e mentalidades pautadas no método, nos meios técnicos e na razão. No caso de Belo Horizonte, a Comissão Construtora construía uma ideia de cidade que se baseava em eliminar as referências do passado colonial, negando por completo todos esses vestígios que a comissão aqui encontrava. Belo Horizonte traduziu em seu traçado urbano essa concepção.

Planejada para se diferenciar dos moldes urbanos e da ordem espacial que caracterizaram as cidades coloniais, a cidade moderna significava a instauração de um novo tempo, que "(...) pressupunha, também, uma nova espacialidade, capaz de dar um sentido material e simbólico à ideia de ruptura" (JULIÃO, 1996, p. 50).

As avenidas largas, ligando pontos da cidade, indicavam um espaço propício ao fluxo e à circulação de pessoas e de mercadorias. Era uma nova lógica racional que se associava a uma imagem da cidade em movimento, refletindo em novas formas de o indivíduo se relacionar com o espaço e o tempo. Acreditava-se que na cidade moderna se teriam as reais condições para o desenvolvimento de uma vida material contínua e de mudanças sociais e culturais plenas.

Essas transformações se refletiam no próprio espaço público, "legitimador do novo poder, adequado à sociedade formada por indivíduos emancipados" (JULIÃO, 1996, p. 50). Aliás, este mesmo espaço público seria transformado por meio de novas ruas, avenidas e bulevares que deveriam refletir o avanço do século. O novo código urbano moderno mudava as formas de experiência dos indivíduos na cidade, uma vez que o sentido tátil oferecia lugar à experiência pelo sentido visual. Um exemplo dessa mudança é visto comparando a maneira como as pessoas se relacionavam fisicamente com o espaço (propriamente dito) nas cidades do interior. A grande maioria delas andava literalmente a pé ou descalças. Com a modernidade, essa experimentação cedia lugar a ícones do movimento, como o bonde, o transporte público.

Observando as falas principalmente de alguns visitantes de Belo Horizonte, vemos que essas referências visuais e os equipamentos da modernidade tinham grande peso em suas considera-



ções sobre a cidade capital. Os símbolos de um novo tempo, como a arquitetura, os serviços de melhoramentos que se relacionavam ao bem-estar e à higiene e o traçado urbano, eram elementos elogiáveis e vistos como benesses de um tempo vindouro. Para o visitante Manoel de Ávila Goulart, grande industrial carioca que viera à capital visitar seu irmão, Belo Horizonte era assim:

"Para quem chega a Bello Horizonte, o primeiro golpe de vista é verdadeiramente agradável.

A Estação, já em si, leva a gente a um bom juízo, que se confirma depois com todo a aspecto da cidade.

Os prédios, bem edificadas, obedecendo a um systema architectonico⁷ tão elegantes e sólidos, e produzem á vista uma agradável impressão.

Os edificios públicos, onde o Estado dependeu quantia regular, nada deixam a desejar e podem, por sua architectura, pelas suas obras internas, pelas pinturas, desafiar os que aqui são destinados ao público serviço. (...)

*Tendo bom clima, com estações bem divididas, com a água em abundancia, luz electrica e esgotos, a Capital de Minas oferece a quem melhor quer viver um bem estar e conforto que aqui mesmo é desejável" *(GOULART, 1901).⁸**

Na mesma época aproximadamente, há outra descrição da cidade feita por Olavo Bilac, em visita a Belo Horizonte, em 1903. Bastante semelhante ao depoimento anterior, ela ressalta os aspectos modernos da cidade:

"[...] como por milagre, no meio de um rude sertão, uma bela cidade moderna, com avenidas imensas, com palácios formosos, com admiráveis parques! Pelas ruas longas e arborizadas, rolam bondes elétricos, lâmpadas elétricas fulguram entre prédios elegantes e higiênicos, motores elétricos põem em ação, nas fábricas, as grandes máquinas cujos ronron continuo entoam os hinos de trabalho e da paz" [...] (BILAC apud BAHIA, 2007).

Outra fala é de Francisco Ozamis, que destaca em sua descrição no artigo "Um povo que surge..." algumas características. Para ele, Belo Horizonte passa por um "franco progresso" que, por sua vez, proporciona comodidades de vida.

"Quem, porém, quizer melhor avaliar o momento historico do franco progresso que está a seguir Minas, emprehenda uma viagem para a sua Capital. Bello Horizonte

6 Ver AZEVEDO, Artur. Um passeio a Minas. O País, Rio de Janeiro, nov. 1901 a fev. 1902. [s.p.].

7 Opto em transcrever as palavras tal como encontradas nas documentações de pesquisa. Estas palavras escritas diferente graficamente dos dias atuais não comprometem o entendimento do significado que apresentam.

8 Goulart, Manuel de Ávila. Impressões da Cidade. Diário de Minas, Cidade de Minas [Belo Horizonte] 13 jun. 1901. p. 2.

9 Companhia Vale do Rio Doce. Parque Municipal: crônica de um século. Belo Horizonte: CVRD, 1992, p. 32.

constitui hoje o atestado mais eloquente desta verdade. (...)

Hoje chama primeiramente a atenção do viajante a sua planta, sabiamente traçada e os edifícios bellissimos e modernos que por toda parte surgem ininterruptamente.

Já não existem mais relíquias do antigo Curral d'El Rei, porque substituíram-no palácios do mais apurado gosto, junto ao conforto e facilidades da vida" (OZAMIS, 1913)¹⁰.

A cidade moderna era reconhecida pelos seus códigos visuais. Ao contrário dos visitantes que apontavam características atraentes da nova capital, os novos moradores advindos em geral de Ouro Preto se sentiam insatisfeitos com as formas planejadas da cidade, pois isso se configurava como um aspecto discrepante de suas experiências sociais em uma cidade. Os traços das ruas, avenidas e praças de Belo Horizonte ganhavam uma nova conotação, rompendo com a ideia e as referências anteriores do urbanismo colonial, marcado por um tipo de organização espacial orgânica e barroca¹¹.

Novos códigos urbanos que necessitavam de novas leituras espaciais – mas não compreendidas pelos novos habitantes, que viam nessas ruas largas uma incompatibilidade com os seus modos comportamentais de se relacionar na cidade – essas formas surpreendiam o habitante da nova capital, apresentando-lhes uma “linguagem enigmática de seu ambiente” (JULIÃO, 1996, p. 53). Dessa maneira, muitas eram as declarações de insatisfação com os novos traços urbanos em jornais ou em revistas da época. Relatemos um exemplo encontrado em uma revista belo-horizontina da década de 10, “Vida de Minas”: “A natureza tem horror aos saltos, e não é possível sahir uma cidade do traço dum engenheiro, cheia de ruas adrede preparadas...”. Carlos Drummond de Andrade (1973) também expressou em um poema, chamado “Ruas”, o estranhamento com as formas planejadas da cidade:

“Porque ruas tão largas? / Por que ruas tão retas? / Meu passo é torto / foi regulado pelos becos tortos / de onde venho. / Não sei andar na vastidão simétrica / implacável. / Cidade grande é isso? Cidade são passagens sinuosas / de esconde-esconde / em que as casas aparecem desaparecem / quando bem entendem / e todo mundo acha normal. / Aqui tudo é exposto / evidente / cintilante. Aqui / obrigam-me a nascer de novo, desarmado.”

O espaço público se configurava, assim, para o novo morador como algo sem sentido, falso e incompatível com as suas experiências adquiridas em seus locais de origem, pois, como disse Drummond, o passo dele é torto e foi regulado pelos becos, de onde ele vem. A cidade é entendida como algo artificial, não maculado pelos rastos humanos. Os planejadores da nova capital a constroem “[...] longe de qualquer injunção da sociedade, ficando praticamente confinado aos meios técnicos” (JULIÃO, 1996, p. 55).

A partir desse planejamento prévio, era possível evitar uma intervenção espontânea dos

próprios moradores na dinâmica do espaço. Os planejadores intuía que os novos referenciais urbanos, como arquitetura eclética, ruas largas, e códigos visuais, como calçadas bem definidas, fossem capazes de imprimir aos transeuntes novas formas de relações sociais.

As ruas largas e grandes, pensadas em um tempo completamente inadequado pela falta, ainda, de automóveis e tráfego intenso, davam a impressão de vigilância, bem própria da transparência que o mundo moderno almejava. Os becos de Ouro Preto, encarados muitas vezes pelos seus próprios habitantes como “escudos”, conferiam um aspecto contraposto ao verificado na nova capital, e possibilitavam “uma permanência mais reservada no ambiente das ruas” (JULIÃO, 1996, p. 58).

Essa geometria da cidade, que conferia a ela um aspecto transparente, causava certos constrangimentos aos habitantes. Um episódio que nos apresenta um caso curioso é o relatado numa crônica de 1910. Nela um indivíduo, funcionário público, conta ao cronista que, por causa de uma dívida com um credor, o encontra indesejadamente sempre em vários lugares. Enquanto narra o seu drama, avista um e, tentando se safar, comenta: “Diacho! Nem um beco nesta terra! Ruas largas como não sei o que! (...) Qual si! Viva o nosso velho Ouro Preto!”¹².

Havia um descompasso de ordem tempo-espaço vivido pelo novo habitante de Belo Horizonte advindo da antiga capital, com suas ruas tortuosas e becos, ao encontro com uma cidade que pretendia moderna, mas sem identidade e afeição. Claro que aqui devemos considerar também o fato, não menos importante, de grande parte dos ouro-pretanos não aprovarem a mudança da capital, o que os faz naturalmente construir representações negativas de Belo Horizonte.

Pensados pelos planejadores da capital que as condições materiais fornecidas pela cidade “moderna” ofereceriam novas experiências sociais e que, conseqüentemente, estas experiências agiriam sobre a mentalidade e os costumes rotineiros dos moradores, acreditava-se que os próprios conteúdos de vida fossem atingidos por certas objetividades, refletindo no comportamento cotidiano, mas isso era bastante limitado. O que se percebia, nesse momento, era ainda uma “vida calma”, de fato, em contraposição à “intensa vida nervosa” a que Georg Simmel (1967) se refere ao escrever sobre as grandes cidades.

Desse modo, consideremos Pedro Nava, memorialista que muito relatou sobre Belo Horizonte em seus livros, resgatando por meio de suas memórias a cidade daquela época. Ainda muito pacata e vazia era a capital mineira para Nava (2003): “Eu virava de frente para o muro da Serra do Curral e seguia olhando as duas filas de luzes convergentes que se encontravam no [bairro] Cruzeiro. Vivalma. Nada. Eu e o ruído de meus passos [Avenida] Afonso penacima...” (NAVA, 2003, p. 116-117).

Outro relato é de Beatriz Borges (2000), moradora de Belo Horizonte desde as primeiras décadas, que também nos descreve, em seu livro de memória, uma cidade tranquila e sem muita agitação: “[...] O movimento na Rua da Bahia era muito pequeno e enxergávamos o bonde que ia su-

¹⁰ Ver OZAMIS, Francisco. Um povo que surge... Ao Exmo. sr. desembargador dr. Carlos B. Ottoni. A Comarca. Mogi-Mirim, 23 mar. 1913. p. 1.

¹¹ Cabe mencionar a existência de controvérsias teóricas a respeito da forma como autores concebem o tipo de organização espacial das cidades coloniais. Há pesquisadores que ressaltam em seus argumentos a irregularidade do traçado urbano, o que indicaria falta de planejamento e organização destes núcleos. Outros, em uma abordagem mais recente, reavaliam a maneira como o conceito de regularidade vem sendo usado no estudo urbano colonial, interpretando que há mais aspectos comuns e regulares observados nas cidades coloniais brasileiras do que realmente se imagina.

¹² QUASI! ..., 20 nov. 1910. p. 2. Apud Julião, 1992: 58.

bir quando este saía da Av. Afonso Pena” (MARTINS, 2000, p. 43).

Nesse ensejo, observaremos pela cidade outros contratempos que denunciam ainda o quanto as novidades e os novos equipamentos urbanos pela capital estavam aquém desta modernidade anunciada, necessitando de reparos e melhoramentos. Pedro Nava relata que o bonde de Belo Horizonte sempre tinha atrasos, enguiços, falta de luz, curtos-circuitos, e os fios e postes eram arrancados pelas enxurradas, e mais: “A eletricidade falhava em Belo Horizonte. Sim. Mas falhava tudo na cidade. Calçamento, obras públicas, saúde, instrução” (NAVA, 2003 p. 316). Muitas ruas careciam de iluminação pública, principalmente aquelas situadas na área suburbana. Pedro Nava, que neste tempo residia na Rua Caraça, no Bairro Serra, relata sua dificuldade em chegar em casa à noite devido à falta de luz nas ruas.

Entre a casa e a rua

Observando mais de perto a vida dos moradores da cidade por meio do material de análise que tomo como referência neste artigo, percebemos que, em geral, as sociabilidades das famílias se davam na esfera doméstica, influenciando todos os afazeres cotidianos das pessoas, uma herança social vinda desde o período do Império. Como não podia deixar de ser ainda neste tempo, praticamente todas as atividades estavam confinadas ao ambiente da casa. Beatriz Borges Martins e Pedro Nava nos descrevem algumas delas: “Como se usava na ocasião, a cerimônia foi realizada na casa do papai, onde arrumaram o altar. Nessa época, ninguém se casava em igreja” (MARTINS, 2000, p. 117 – 118); “Como eu fosse companheiro de seu sobrinho Inar Dias de Figueiredo fui ao velório na sua casa da rua Gonçalves Dias, 344” (NAVA, 2003, p. 140).

A professora Maria Eliza Linhares Borges (2007) chama atenção para o que ela denomina de “cidade face a face”, fazendo uma referência a uma época na cidade de Belo Horizonte na qual as relações sociais eram tecidas de fato sem nenhuma outra mediação a não ser pela face de um encontrando-se com outra. Ela afirma que a construção de uma capital moderna não eliminou alguns hábitos de vida considerados retrógrados e ultrapassados, mas ainda presentes e rotineiros no dia-a-dia dos habitantes da capital. Ela analisa que

“(...)entre 1898 e 1923, uma série de leis e decretos reedita a proibição da venda de ‘aves em pé’ pelas ruas da cidade. Tal repetição é indício de que, à revelia da legislação, esse comércio atendia a uma demanda dos moradores que, das janelas de suas casas, acorria aos gritos dos ambulantes que lhes vendiam não apenas as ‘aves em pé’, mas também os hortigranjeiros produzidos, em geral, nas áreas suburbanas” (BORGES, 2007, p. 86).

Sobre isso, Beatriz Borges relata que “havia, nessa ocasião, uns mascates que passavam pela rua, batendo um matraca, e vendiam panos, ren-

das, fitas, enfim, coisas de costura”(MARTINS, 2000, p. 44).

“Naquele tempo — entre 1910 e 1920 —, não só os mascates andavam de porta em porta, mas também os padeiros, os açougueiros, os verdureiros, os fruteiros, todos entregavam tudo em domicílio. Lembro-me de que o caixeiro do armazém em que vovó e mamãe compravam ia lá em casa, à tarde, com o caderno em que elas escreviam o que precisavam e, no dia seguinte cedo, ele levava as encomendas” (MARTINS, 2000, p. 45).

Sobre os eventos sociais que ocorriam correntemente no espaço da casa, podemos destacar os cafés, bailes e reuniões com amigos, reforçando assim laços e relações de vínculos. Pedro Nava nos descreve um jantar promovido pela mãe de João Pinheiro Filho, D. Helena de Barros Pinheiro, que seguido de baile festejou o noivado da filha Virgínia com Elísio Carvalho Brito: “Os cafés de sua casa eram alegres e cheios de palestras. Além dos solteiros, lá estava sempre uma das filhas casadas, um dos genros. Gente. Casa cheia, como gostava sua dona” (NAVA, 2003, p. 314).

Beatriz Borges Martins, integrante de uma das famílias belo-horizontinas mais tradicionais da cidade, revela o quanto os vínculos eram construídos e reforçados nestes eventos que ocorriam para segmentos sociais bem restritos:

“(...) a casa do Dr. José Pedro Drummond, um palacete muito chique na esquina da Rua da Bahia, com entrada pela Timbiras, onde se localizavam garden-parties frequentados pela sociedade mais elegante da cidade à época. (...) O Dr. José Pedro Drummond tinha, de seu segundo casamento com D. Magdalena, os filhos José (Zé Drummond), Maurício e Clarita, minha amiga inseparável até sua morte, em novembro de 1997” (MARTINS, 2000, p. 28).

Belo Horizonte é, então, representada na obra de Beatriz como um lugar que abriga uma rede de relacionamentos que vão desde relações de vizinhanças e de prestação de serviço a relações de amizades que, em alguns casos, se dirigiam para relações familiares ou com algum grau de parentesco.

“Nossa amizade com os Sales sempre foi enorme. Papai era padrinho do Julinho e eu, madrinha de casamento da Heloísa, minha companheira inseparável. Ela casou-se com o Dr. José Humberto Rodrigues da Cunha, médico em Uberaba, e foi morar lá. Somos comadres duas vezes: ela é madrinha do meu filho Roberto e eu o sou da sua filha Maria Beatriz” (MARTINS, 2000, p. 40).

Essas redes de relacionamentos que se formavam entre os membros da elite tinham muita importância no sentido de tecerem não só uma rede de privilégios para estas famílias como de formarem um capital social¹³ considerável.

Vemos por meio destes exemplos que o núcleo doméstico era referência de local de sociabilidade, principalmente para as camadas sociais mais abastadas. Para que a elite¹⁴ vivenciasse a cidade "moderna", era necessário estimular um processo civilizatório, transformando suas relações sociais tradicionais para as do tipo burguês.

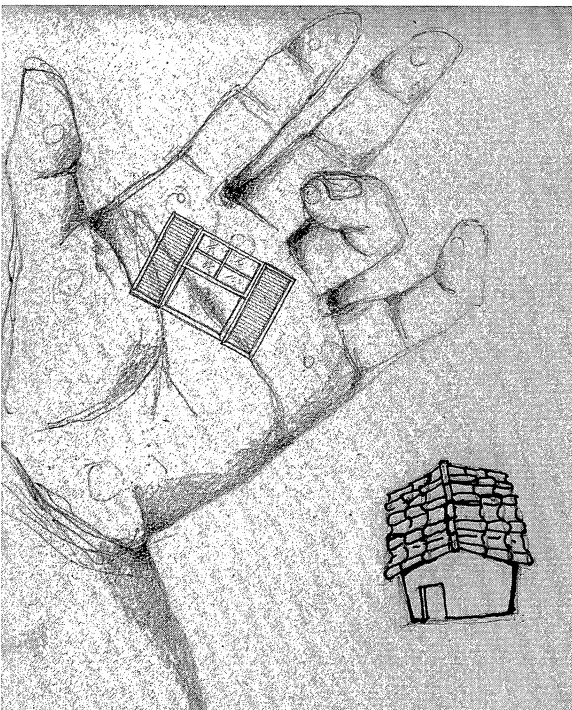
Com isso, o núcleo de sociabilidade deveria se expandir e se deslocar para o espaço público. A própria imprensa fomentava esse modo de vida entre as famílias, divulgando suas fotografias pelos lugares da cidade, afirmando por meio disso que estas práticas eram compatíveis com a do novo habitante, de perfil moderno e cidadão. "Só lentamente as elites mineiras se adaptaram àquele novo cenário urbano e adquiriram novos hábitos, vencendo suas resistências e desajustes" (JULIÃO, 1996, p. 66).

Assim, o costume de "ganhar" a rua continuamente seria realizado por um processo social, lento e dinâmico. Isso demonstra o quanto ainda a esfera da casa exercia influência sobre os tipos de experiências dos indivíduos. Julião (1996) faz uma reflexão semelhante às já apontadas por Gilberto Freyre:

"Um papel secundário compreensível numa sociedade patriarcal, escravista e eminentemente rural, cujo poder econômico e político estava confinado à órbita familiar. Daí o pouco destaque das ruas no cenário urbano, face ao seu uso restrito e à ausência de uma vida pública vigorosa" (JULIÃO, 1996, p. 58).

Os equipamentos como parques, cinemas e praças eram decisivos para promoverem determinadas práticas dos indivíduos na cidade. A frequentação dos moradores a estes lugares nos ajuda a entendê-los como importantes para a sociabilidade urbana e para as suas experiências. Assim, devem ser entendidos como lugares de renovação de relações, em que os vínculos sociais constantemente se refazem.

A cidade moderna foi planejada de forma a inci-



tar os indivíduos a ocuparem os espaços públicos, oferecendo certos equipamentos urbanos na intenção de fomentar uma vida moderna cosmopolita e intensa. Em Belo Horizonte, principalmente nas primeiras décadas, este objetivo não se cumpriria tendo em vista as barreiras e as limitações socioculturais com as quais os indivíduos se deparavam. Os costumes e os hábitos considerados ainda provincianos eram percebidos como um obstáculo à vida moderna plena que se pretendia vivenciar. Pedro Nava ressalta com ironia seu ponto de vista sobre o quanto Belo Horizonte era uma cidade essencialmente conservadora e provinciana, refletindo nos hábitos e costumes de seus moradores:

"Belo Horizonte era uma capital profundamente quieta e bem-pensante. Amava o soneto, deleitava-se com sua operazinha em tempos de temporada, acatava o Santo Ofício que censurava por sua conta os filmes, suas moças liam Ardel, Delly, a Bibliothèque de maFille, a Collection Rose, não conversavam com rapazes e faziam que acreditavam que as crianças pussavam nas hortas entre pés de couve, raminhos de salsa, serralha, bortalha e talos de taioba" (NAVA, 2003, p. 199).

As interações dos indivíduos na cidade ocorriam em períodos específicos do ano, como festas ligadas ao calendário religioso ou outros eventos, que em geral tomavam a praça como o lugar de envolvimento social. Os tempos festivos nas cidades interioranas indicavam o momento certo de interagir com os outros da cidade. Em Belo Horizonte, nos primeiros anos, isso ainda persistia. Observando a fala de Ciro Arno, outro memorialista que escreve sobre a capital mineira em seus primeiros anos, temos a dimensão de como as formas de sociabilidade daquela época tinham como referência as práticas do interior:

"Naquela fazenda, onde havia vários outros convidados, fomos gentilmente recebidos pelos proprietários e assistimos aos festejos juninos, como ainda se realizavam no interior de Minas: a tradicional fogueira em frente à casa; bombas, bombões, foguetes, busca-pés e balões em profusão; animadíssimo baile, modinhas ao violão, tiradas de sortes e, à madrugada, lauta ceia bem regada" (ARNO, 1949, p. 171).

Fraya Frehse (2005) observa que as percepções daqueles que vivenciavam este momento de mudança (política, econômica e social) eram fortemente pautadas por valores construídos dia-a-dia em um tempo-espaço rural e hierarquizado. A casa, local de referência dos *modus vivendi* e que dava sentido a essas percepções sociais, passa a dividir importância com outro espaço, a rua.

Nesse sentido, observa-se que o espaço da rua, espaço privilegiado na configuração da cidade "moderna", possibilita outros padrões de sociabilidade pautados agora por outras concepções mediadas pela racionalidade. Mas, ao mesmo tempo, nota-se que havia pela rua práticas caracterizadas como "antigas" ou "arcaicas". Como

¹³ Utilizamos neste trabalho o conceito de Capital Social construído pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Segundo ele, Capital Social se refere a um "(...) conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...) mas também, são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1980: 67).

¹⁴ Consideramos "elite" como grupo social detentor de capital social, cultural e econômico.

analisa Frehse, buscando por meio de Henri Lefebvre um entendimento do contexto paulistano de fins do século XIX, a característica difusa que se verifica no espaço da rua nesta época remete “a desencontros de temporalidades históricas [que] não devem ser analisadas como se as relações que delas decorrem fossem relações de mesma data e, portanto, contemporâneas” (MARTINS *apud* FREHSE, 2005).

Uma mistura de tempos: entre rupturas e continuidades

Escolhi discorrer neste artigo sobre a cidade de Belo Horizonte do início do século XX, observando as contradições inerentes ao próprio contexto da época, lendo essa proposição pela chave tradição-modernidade. Para apreender estas noções, recorri preferencialmente a relatos de memorialistas, moradores e visitantes que registram suas impressões e experiências em jornais, revistas e memórias. Ligaremos este momento da história do planejamento e urbanização brasileira – a construção da cidade de Belo Horizonte, em 1897 – conectando-o a outro evento, o período de modernidade pretensamente vivido. Cabe mencionar, a fim de se evitarem reducionismos, que as considerações que aqui chegamos dependeram em grande medida do material de análise de referência do estudo.

De fato, o Brasil vivenciava um momento peculiar em sua história. O final do século XIX e o início do XX configuravam-se para o país como o momento propício de novas esperanças e desejos de ser aquilo que ainda não era. Esse anseio de modernidade revelava certas contradições sociais observadas nas práticas habituais e nas mentalidades dos indivíduos. Podemos denominar este fenômeno como “modernização pelo alto”, já que foi uma modernização conservadora empreendida pelas velhas elites como estratégia de sobrevivência.

José de Souza Martins (2008) avalia as contradições do moderno no Brasil e critica a homogeneização incutida no conceito sobre modernidade que desconsidera outros modos de vida permeados por outras lógicas. Martins analisa que a nossa modernidade é constituída de um “‘hibridismo’ cultural, da conjunção de passado e presente, do inacabado e inconcluso, do recurso ao tradicionalismo e ao conservadorismo que questionam a realidade social moderna e as concepções que dela fazem parte e a mediatizam” (MARTINS, 2008, p. 22).

O Brasil almejava uma modernidade ancorada na imitação aos europeus. Christian Salles (2004) observa que “a experiência histórica brasileira trazia a marca da incompletude, talhada com a cunha do desejo de ser outro. O Brasil pariu a nação estranha ao próprio âmago. À sombra de origem nefasta desenvolveu-se, artificial e alheia a seu destino” (SALLES, 2004, p. 128). José de Souza Martins percebe que essa imitação no Brasil não foi entendida pelos indivíduos como prática racional que ordenasse suas condutas no processo interativo com os demais. Aqui, como ele prossegue afirmando, “esse teatro se esgota na própria imitação, como se a simulação já fosse

o conteúdo do imitado” (MARTINS, 2008, p. 42).

Dessa maneira, a modernidade deste período se configurava como algo para ser visto, e não sentido, vivido como realidade social para os indivíduos. Nessa cultura imitativa, o imperativo do ver “é o seu componente mais expressivo” (MARTINS, 2008, p. 42). Não é de se estranhar que as principais cidades do Brasil passaram por intervenções urbanísticas, modificando o formato das ruas, construindo *boulevards*.

A nova capital mineira, chamada neste tempo de primeira cidade planejada, era lembrada pelas suas características de cidade moderna e de ruptura em relação a aspectos que representavam o antigo naquele momento. Vemos isso nas representações construídas pelos visitantes da cidade nesta época. Em contrapartida a toda uma iniciativa promovida pela Comissão Construtora em construir uma capital privilegiando o espaço público como local de sociabilidade, observa-se que os hábitos e os modos de vida dos moradores trazidos do interior regiam suas práticas. Diante disso, como não questionar sobre uma outra Belo Horizonte “que também comportava hábitos de vida, carências materiais, modos de produzir e consumir que não integram nem a racionalidade técnica, nem o cosmopolitismo presentes nas metrópoles modernas” (BORGES, 2007, p. 84)?

Refletindo sobre a criação da nova capital, percebemos que ela, “no limiar dos séculos XIX e XX, (...) foi cenário vivo da construção de uma nova época, que trouxe para aquele momento significativa memória dos conflitos e contradições cotidianas entre ruptura e tradição, entre permanência e porvir” (BAHIA, 2007, p. 67). Vemos que as especificidades vividas pelos habitantes e relatadas nos trechos de memórias e nos documentos de pesquisa aqui analisados nos denunciam uma cidade controversa, imersa em uma mistura de tempos, que, se em alguns momentos se apresentava, como descrito pelo visitante, uma cidade que “oferece a quem melhor quer viver um bem estar e conforto”¹⁵, por outro mostrou que a nova capital não correspondeu aos objetivos formulados pelos seus construtores de se criar uma metrópole moderna, “na medida em que foram para lá transplantados os laços pessoais, os vínculos familiares dos redutos rurais e as redes políticas de preservação do poder” (VISCARDI, 2007, p. 34). Como bem aponta Pedro Nava (2003), a sociedade belo-horizontina somente iria passar por uma transformação que atingisse os conteúdos de vida dos seus moradores em meados dos anos 1920. “Transformação urbana devido à administração Flávio Santos, aumento da população, incremento da vida social – tudo agindo sobre os costumes. O carnaval de 1926 pode servir como marco do que afirmo” (NAVA, 2003, p. 331).

Podemos dizer que Belo Horizonte agregava “um espaço que articulava, assimetricamente, diferentes tempos sociais (...)” (BORGES, 2007, p. 88). José de Souza Martins (2008) acrescenta que:

“a diversidade dos tempos históricos que se combinam nessa modernidade difícil (...) incorpora a cultura popular que pouco ou nada tem de moderno; mas, insisto, incor-

15 GOULART, Manuel de Ávila. Impressões da Cidade. Diário de Minas, Cidade de Minas [Belo Horizonte] 13 jun. 1901. p. 2.

pora também efetivas relações sociais dadas, vestígios de outras estruturas e situações que são ainda, no entanto, realidades e relações vivas e vitais. E que anunciam a historicidade do homem nesses desencontros de tempos, de ritmos e de possibilidades, nessas colagens" (MARTINS, 2008, p. 20).

A construção da nova capital mineira dentro do contexto nacional denota "uma ansiedade por estar adiante do tempo da história Real e de suas contradições, [apresentando] um imenso abismo aberto entre os momentos desencontrados da realidade e entre as humanidades que a compõem" (MARTINS, 2008, p. 24).

Observamos por meio dos trechos analisados neste trabalho que, se por um lado a cidade era lida pelos visitantes como moderna e inovadora devido aos traços urbanísticos e arquitetônicos que apresentava, por outro vemos que as redes de relacionamentos e os hábitos de vida essencialmente domésticos eram heranças trazidas do interior. Podemos dizer que esses modos de viver ainda justificados e tecidos no passado não desapareceriam como um "passe de mágica", como pensavam aqueles que conceberam Belo Horizonte. Na nova capital era correntemente vista a presença de outros serviços ditos 'não modernos', como de carroceiros, de oficina de ferraduras e de mascates que vendiam artigos pela rua.

Propomos aqui não ver nos trechos extraídos das documentações o quão os modos de vida dos indivíduos eram inadequados ou não condizentes à 'nova' época que estava por vir. Pelo contrário, o que vemos ocorrer era uma continuação da vida de todo dia que obviamente agregaria tais modos de vida. Como disse José de Souza Martins, "não é o moderno que incorpora o tradicional e popular simplesmente. Antes, é a tradição que agrega fragmentos do moderno sem agregar um

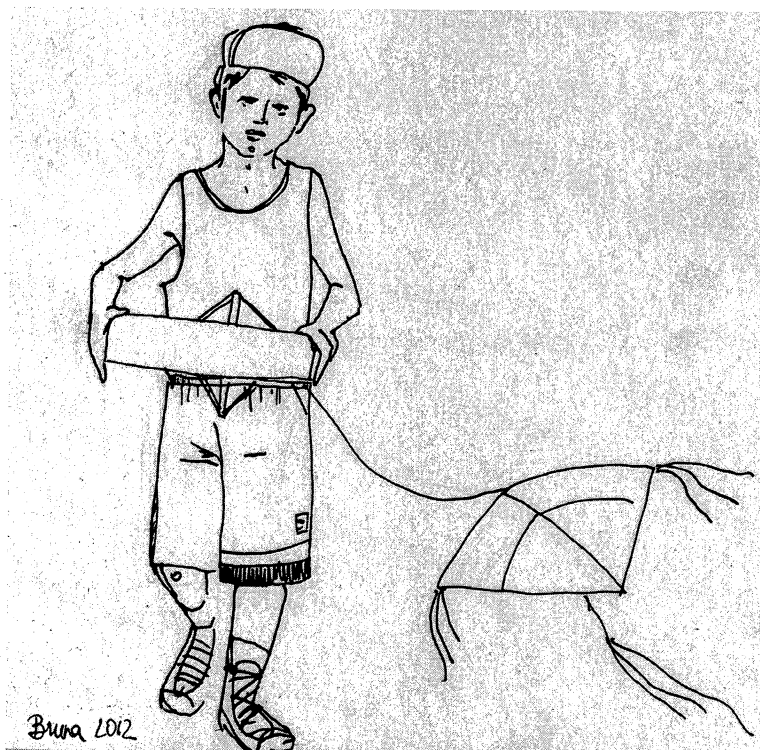
modo moderno de ser consciência do todo e consciência, por isso, moderna" (MARTINS, 2008, p. 44). A modernidade neste período se apresenta como um conceito multifacetado que nos insere em tempos não retilíneos.

Os trechos observados nos capítulos anteriores, portanto, são lidos como representações e percepções que expressam leituras de atores sociais sobre a sociedade da época. As atividades sociais relatadas são lidas como marcas do passado que são sempre embebidas nos velhos gestos, nas práticas antigas, que servem de referência e conferem sentido às ações dos indivíduos. As práticas, as representações, as falas obedecem a outros ritmos que não os ditados pelas mudanças políticas, econômicas, demográficas.

Por fim, desejamos expor neste texto como a modernidade se configurou em Belo Horizonte na época da sua construção até meados da década de 1920. Observamos o quão controversa ela foi, tendo em vista os pequenos trechos retirados de documentações que expõem de alguma maneira a vida na cidade. São aspectos culturais que passam por uma lógica outra não mediada pelos tempos que regem os chamados grandes processos históricos. Também não se trata apenas de história, mas de historicidade, em que a história se embebe da cultura e vice-versa. Como bem conclui Fraya Frehse (2005), estas especificidades culturais deste tempo "acabariam por contribuir para as características da 'futura sociedade'" (FREHSE, 2005, p. 74). Ademais, essas características híbridas e contraditórias ainda persistem na atual cidade que parece estar sempre à procura do moderno, como se fosse uma busca pela sua legitimação e completude. Ao longo dos anos, veremos que tal discurso empenhado de *modernidade* ganhará coro no Brasil, estimulando outras concepções e construções de cidade tão controversas quanto ele.

Submetido em Julho de 2011

Aprovado em Junho de 2012



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Carlos Drummond. Menino Antigo – Boitempo II, Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de. A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte, PUC Minas: C/Arte, 2004.
- ARNO, Ciro. Memórias de um estudante. 2ª edição, Rio de Janeiro, Olímpica, 1949.
- ARRAIS, Cristiano Alencar. Projeções urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. Tese de Doutorado (Doutorado de História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, datilo, 2008.
- AZEVEDO, Artur. Um passeio a Minas. O País. Rio de Janeiro, nov. 1901 a fev. 1902.
- BAETA, Rodrigo. Ouro Preto: cidade barroca. Bahia: Cadernos PPG-AU/UFBA, 1, 1: 47-66, 2002.
- BAHIA, Claudio Lister Marques. Metamorfoses da Metrôpole. Revista Arquivo Público Mineiro, 43, 2: 60-75, 2007.
- BARRETO, Abílio. Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701 – 1947). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1950.
- BASTOS, Rodrigo Almeida. Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 44: 27-54, 2007.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. Uma visão da capital cinquentenária. Revista Arquivo Público Mineiro, 43, 2: 81-90, 2007.
- BOURDIEU, P. O Capital Social: notas provisórias. In Nogueira M. A. E. A. Catani. (orgs). Pierre Bourdieu: escritos de educação. Petropolis, RJ, Vozes, 1980.
- COSTA, Ângela Marques da. & SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1890 – 1914 No tempo das certezas. São Paulo, Companhia das Letras. (Virando séculos), 2000.
- FREHSE, Fraya. O tempo das ruas da São Paulo de fins do Império. São Paulo, Edusp, 2005.
- GOULART, Manuel de Ávila. Impressões da Cidade. Cidade de Minas (Belo Horizonte), Diário de Minas, 13 jun. 1901. p. 2, 1901.
- JULIÃO, Leticia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891 – 1920). In. Eliana de Freitas Dutra (org.). BH Horizontes Históricos, Belo Horizonte, C/Arte, 1996.
- LEMS, Celina Borges. A cidade republicana, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.
- MARTINS, Beatriz Borges. A vida é esta. Belo Horizonte, B. B. Martins, 2000.
- MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. 2ª edição, São Paulo, Contexto, 2008.
- MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho – uma capital para a República. In. Eliana de Freitas Dutra (org.). BH: Horizontes Históricos, Belo Horizonte, C/Arte, 1996.
- NAVA, Pedro. Beira-Mar. Memórias 4. 5ª edição, São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.
- OZAMIS, Francisco. Um povo que surge... Ao Exmo. sr. desembargador dr. Carlos B. Ottoni. A Comarca. Mogi-Mirim, 23 mar. 1913. p. 1, 1913.
- PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A Formação Urbana e Social da cidade de Belo Horizonte: hierarquização e estratificação do espaço na nova capital mineira. Revista Temporalidades, 1, 2: 37-52, 2009.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: (1500 – 1720). São Paulo, Pioneira, 1968.
- RESENDE, Maria Efigenia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 39: 129-61, 1974.
- RODRIGUES, Danielle Uchoa Alonso. Pelas Ruas da Cidade: representações do espaço urbano belo-horizontino nas memórias literárias mineiras. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, datilo, 2010.
- S/AUTOR. Companhia Vale do Rio Doce. Parque Municipal, crônica de um século, Belo Horizonte, CVRD, 1992.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. Da natureza ao construído. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 43, 2: 44-59, 2007.
- SALLES, Christian Bruno Alves. Da geração de 1870 ao modernismo: um tempo de descoberta da nação brasileira. Revista Teoria e Sociedade. Número especial: 116 – 41, 2004.
- SIMMEL, Georg.; PARK, Robert Ezra; VELHO, Otavio Guilherme. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- VISCARDI, Cláudia. A capital Controversa. Revista Arquivo Público Mineiro. 43, 2: 28-41, 2007.